

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO - CÓD. 02

QUESTÃO 11

De acordo com a Constituição da República, a competência do Tribunal de Justiça será definida:

- a) no regimento interno do Tribunal de Justiça
- b) na lei de organização judiciária
- c) em lei complementar estadual
- d) em lei ordinária estadual
- e) na Constituição do Estado

QUESTÃO 12

No âmbito da federação brasileira, compete aos Estados Federados:

- a) organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional
- b) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos
- c) instituir, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões
- d) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão
- e) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações

QUESTÃO 13

Cabe à lei complementar dispor sobre:

- a) os termos e limites do exercício do direito de greve do servidor público civil
- b) a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais
- c) diretrizes e bases da educação nacional
- d) a iniciativa popular no processo legislativo estadual
- e) formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta

QUESTÃO 14

É INCORRETO afirmar, no que pertine à vigência da lei, que:

- a) salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada
- b) quando a lei, ao ser publicada, contiver incorreções e erros materiais que lhe descaracterizem o texto, impõe-se a sua republicação total ou parcial
- c) conta-se o prazo da vacatio legis, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do encerramento computados domingos e feriados
- d) se a republicação da lei tiver de ocorrer antes de sua entrada em vigor, a parte republicada terá prazo de vigência contado a partir da nova publicação
- e) quando admitida, a lei brasileira torna-se obrigatória, nos Estados estrangeiros, sessenta dias após sua publicação

QUESTÃO 15

A conduta ou comportamento da Administração que, como parte da relação contratual, altere sobremaneira ou torne inviável a execução do contrato, de-nomina-se:

- a) fato da administração
- b) fato do príncipe
- c) teoria da imprevisão
- d) força maior
- e) caso fortuito

QUESTÃO 16

A licitação será inexigível quando se trata de contratação:

- a) de instituição brasileira incumbida de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional
- b) de locação de imóvel para instalação de serviço público
- c) de profissional de notória especialização para realização de serviço singular
- d) em casos de emergência ou calamidade pública
- e) de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, decorrente de rescisão contratual, observada a ordem de classificação da licitação anterior

QUESTÃO 17

NÃO se inclui entre os direitos dos servidores ocupantes de cargos públicos:

- a) o repouso semanal remunerado
- b) a garantia de salário mínimo
- c) a remuneração do salário noturno superior à do diurno
- d) o fundo de garantia por tempo de serviço
- e) a proibição de diferença de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil

QUESTÃO 18

O termo inicial da prescrição identifica-se quando ocorre um motivo:

- a) impediendo do exercício dos direitos
- b) de fato contrário ao direito
- c) que compõe interesse público, configurado
- d) violador de direito, continuado e encadeado
- e) obrigacional de cumprimento por prestações periódicas autônomas

QUESTÃO 19

A citação será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, EXCETO:

- a) quando o autor requerer de outra forma
- b) nas ações de estado
- c) quando nos processos de execução
- d) quando o réu residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência
- e) quando for ré pessoa de direito privado

QUESTÃO 20

No âmbito da interpretação das leis, o método lógico:

- a) procura desvendar o sentido e o alcance da norma, estudando e analisando os períodos da lei e combinando-os entre si com o escopo de atingir perfeita compatibilidade
- b) objetiva adaptar a finalidade da norma às novas exigências sociais
- c) baseia-se na averiguação dos antecedentes da norma, referindo-se ao histórico do processo legislativo e às circunstâncias fáticas que o precederam, às causas ou necessidades que induziram o órgão legislativo a elaborar a lei
- d) limita a incidência do comando normativo, impedindo que produza efeitos injustos ou danosos
- e) busca o sentido literal do texto normativo, alicerçando-se em regras de lingüística, atendendo à pontuação, colocação dos vocábulos, origem etimológica etc.